

TERRITÓRIO USADO E EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR: UMA LEITURA DO AGRESTE ALAGOANO – BRASIL

Sidinei dos Santos Silva¹
Dhiego Antonio de Medeiros²

Introdução

As novas organizações impostas no território no atual período histórico exigem uma compreensão mais aprofundada para discutir as dissonâncias que se materializaram, ao mesmo tempo em que impõem novas relações sócio-econômicas, tornando mais complexas e dinâmicas mediante o uso de novas técnicas. Principalmente as técnicas da informação, trazidas pelos atores hegemônicos motivadas primordialmente pela funcionalidade existente – caracterizado pelo fator econômico – que esse mesmo território desempenha.

A análise desse dinamismo atuante no território permite compreender não somente a sua funcionalidade, mas também a sua constituição e o seu desenvolvimento sócio-econômico ao longo de sua história, caracterizado pelos sistemas de objetos e sistemas de ações (Santos 2008a), que trouxe consigo uma maior organização envolvendo o território - mesmo aqueles mais longínquos e fora das decisões nacionais e até mesmo das decisões regionais – nas relações globais.

Daí a importância de analisar o território, compreendendo as diversas ações que nele estão envolvidas. Nessa perspectiva, Souza (2003, p. 17), afirma que “o conhecimento do território tornou-se indispensável dado a sua importância nos processos de globalização e fragmentação que verificam no mundo contemporâneo”. Por sua vez, Santos ao analisar essa dinâmica envolvendo o global e o local destaca que “a ordem global busca impor a todos os lugares, uma única racionalidade. E os lugares respondem ao mundo segundo os diversos modos de sua própria racionalidade” (Santos 2008a, p. 338).

Partindo desse pressuposto, buscou-se nesse trabalho analisar o uso do território na Região Agreste de Alagoas para compreender os nexos que deflagraram seu desenvolvimento sócio-econômico e possibilitaram a implantação do ensino superior, a partir do início da década de 1970. E, a sua posterior expansão que se daria com maior intensidade a partir dos primeiros anos do século XXI, motivada especialmente pela implantação dos pólos de instituições de ensino superior à distância, cuja sede se encontra nas regiões Sul e Sudeste do Brasil.

Para melhor compreensão, o texto foi dividido em três partes. Na primeira, é desenvolvida uma breve discussão do território usado como possibilidade de entendimento das dissonâncias do mundo atual; destacando o seu uso pelas empresas que lhe impõem novas organizações alterando as relações já existentes mediante seu interesse. Na segunda parte, é analisado o contexto histórico e a dinâmica sócio-espacial da região para compreender as contradições que se materializaram no seu processo histórico. E por último é analisado o ensino superior como forma de especialização do uso de seu território, ao

¹ Aluno do Departamento de Geografia da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL); Pesquisador do Núcleo de Estudos Josué de Castro. Arapiraca – Brasil. E-mail: sidinei_uneal@yahoo.com.br.

² Aluno do Departamento de Geografia da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL). Bolsista do CNPq no Núcleo de Estudos Josué de Castro. Arapiraca – Brasil. E-mail: dhiego.medeiros@uneal.edu.br.

mesmo tempo em que impõe novos usos, através da circulação de pessoas e capital, atraindo pessoas letradas e em busca de especialização.

O desenvolvimento da pesquisa está embasado teórico e metodologicamente nas concepções de Santos (2008); Santos e Silveira (2000, 2006) e Souza (2003). A pesquisa empírica contemplou observações in loco, levantamentos na Prefeitura Municipal de Arapiraca, Instituições de Ensino Superior da Região Agreste e IBGE que permitiram mapear essas instituições, bem como elaborar tabelas.

O Território Usado como Possibilidade de Entendimento das Dissonâncias do Mundo Atual

As dissonâncias que marcaram o atual período histórico, sobretudo a partir do último quartel do século XX, trouxeram consigo uma maior complexidade, resultando num mundo mais denso, denominado de mundo globalizado ou da globalização, mediante ao uso de novas técnicas, possibilitando uma maior integração do espaço através dos nexos impostos ao território, sobretudo através das redes, materializando novas relações sociais e econômicas.

Dessa forma o território assume centralidade, visto que ele se torna centro das ações impostas pelos atores hegemônicos juntamente com o Estado. Contudo adverte Santos (2008b, p. 118) que “o território não é apenas o teatro do jogo econômico; ele se torna fator determinante. Tal como ele se organiza para a modernidade, o território é a base comum de operação para todos os atores, mas é, sobretudo favorável as corporações”. Nesse sentido, o território assume um papel decisivo nas relações sócio-econômica confrontando com outros – guerra dos lugares³ – e atenuando os problemas existentes para permitir as ações dos atores hegemônicos.

Mediante a nova organização observada no atual período histórico, onde o território encontra cada vez mais apropriado e tecnificado, o que interessa discutir é o território efetivamente usado pela sociedade e pelas empresas como afirma Souza (2003, p 17), e não o território em si próprio, passivo das ações que os anima. Desse modo, é através do uso do território que podemos compreender as dissonâncias por ele apresentadas, as desigualdades que se perpetuam ao longo do tempo através da concentração econômica.

Para Santos (1996, p. 16), “o território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado”. Partindo desse pressuposto, o que interessa é discutir o território usado, e não o território em seu sentido mais usual, o espaço físico, ou território do Estado nação, conforme fomos conduzidos a aceitar como correto. Trata-se de uma forma impura, um híbrido uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica, nos ensina Santos (1996, p. 15).

Acrescente-se, ademais, que é através do território usado que as desigualdades vêm à luz e aponta dois tipos de espaço distinto: o que manda e o que obedece, revelando de geografias desigualdade⁴, sinônimo do mundo do presente, de território balizado pelos atores hegemônicos que determina a fluidez e/ou a viscosidade, bem como sua densidade

³ “Do ponto de vista das empresas o mais importante é a guerra dos lugares que elas empreendem para fazer com que os lugares, isto é, os pontos onde desejam instala-se ou permanecer, apresentem um conjunto de circunstância vantajosa de seu ponto de vista” (SANTOS, SILVEIRA, 2006, p. 296).

⁴ Para Souza (Op. Cit., p.18), “estas geografias (...) escancaram o que os números e os discursos tentam escamotear: as desigualdades sócio espaciais gritantes, reveladas nas paisagens, nos lugares, nas regiões”.

ou rarefação. Na esteira desse processo propõe Souza (Op. Cit., p.19), “que o território é mais ou menos denso de técnicas e informacionalmente”.

Assim, fica evidente que o território é formado por pessoas e objetos historicamente constituídos, cuja integração com a natureza, bruta e trabalhada, compõe o quadro de vida a que ninguém escapa. E, que por assim ser, é possível reconhecer e analisar os diversos processos que permeiam o seu desenvolvimento. Vale perceber que nessa perspectiva o território usado é entendido como objeto de análise social e remete a um entendimento do espaço no qual estamos inseridos, impregnado de sistemas de objetos e sistemas de ações que os moldas.

Logo, “o território ganha novos conteúdos e impõe novos comportamentos, graças a enorme possibilidade da produção e, sobretudo, da circulação dos insumos, dos produtos, do dinheiro, das idéias e informação, das ordens e dos homens” (SANTOS, SILVEIRA, 2000, p. 31). Diante desses nexos impostos a cada dia, a sociedade busca especializar-se motivada pela exigência do mercado de trabalho cada vez mais seletiva e competitiva, Ou seja, uma das características do atual período histórico, caracterizado pela mundialização das técnicas, principalmente a da informação, é a disseminação de nova divisão do trabalho em cada território permitindo sua evolução sócio-espacial e em conseqüência, uma melhor especialização motivada pelas exigências do mundo atual.

Nessa nova ordem, onde o global está envolvido diretamente com o local, sobrepondo a todos a sua dinâmica e até mesmo sua perversidade, o que interessa discutir como objetos de análise são as ações e transformações causadas pelo uso, dotada cada vez mais com maior intensidade, transformando as estruturas do território. Entretanto, compreender seu uso é fundamental primeiramente compreender a constituição histórica desse território e seu movimento para entender a sua funcionalidade existente. Daí a necessidade de um esforço de entender a periodização imposta no seu processo histórico como fator de compreensão do território atual. Portanto,

Uma periodização é necessária, pois usos são diferentes nos diversos momentos históricos. Cada periodização se caracteriza por extensões diversas de formas de uso, marcada por manifestações particulares interligadas que evoluem juntas e obedecem a princípios gerais, como a história particular e a história global, o comportamento do Estado e da nação (nações) e, certamente, as feições regionais. (SANTOS, SILVEIRA. 2006, p. 20).

Só a partir da análise da temporalização, onde o uso do território encontra-se dividido em períodos históricos, que podemos compreender a totalidade dos seus usos e suas ações passadas e presentes materializadas no espaço, e a relação que esta mantém com outros territórios, principalmente na rede urbana.

Processo Histórico e Dinâmica Territorial do Agreste Alagoano

Localizada na região central do Estado de Alagoas, o Agreste Alagoano compreende uma área de transição de 5.757 km² entre a Zona da Mata e o Sertão alagoano, compreendendo vinte e quatro municípios com um total de 605.126 habitantes (IBGE, 2007), tendo sua economia consolidada na agropecuária, principalmente na cultura de fumo, milho e mandioca e na criação de bovino, destinado ao abastecimento regional, possibilitando o desenvolvimento de um PIB de 2.082.657 milhões de reais.

O processo de ocupação do Agreste Alagoano começou a ser deflagrado por volta dos meados do século XIX, tendo seu primeiro núcleo urbano já constituído em 1835. À

medida que se dava um processo migratório de pessoas, às vezes causados pela seca prolongada no Sertão, automaticamente permitia a formação de pequenos aglomerados de pessoas, onde através do tempo e graça ao desenvolvimento econômico alcançava a condição de vila e posteriormente de cidade. Nesse aspecto, no final do século XIX, já existia na região cinco aglomerados urbanos que serviam de entreposto para a entrada e saída de mercadoria e escoamento de sua produção tanto para o Sertão quanto para a Zona-da-Mata e estados vizinhos, destacando entre elas as cidades de Quebrangulo e Palmeira dos Índios.

Após essa fase inicial que culminou no surgimento dos primeiros centros, a região passa por um longo período sem o surgimento de outros. Nesse meio termo, várias pequenas aglomerações de pessoas foram crescendo populacionalmente e através de forças política local e regional amparados por lei federal permitiu a independência da cidade a qual fazia parte, constituindo a partir daí uma formação política própria e social eleito pelo povo que a constitui. Através desse processo, na década de vinte é alcançada a independência de Arapiraca, constituindo cinco novas independências na década de cinquenta, e onze nos anos de 1960 a 1963, seguido de duas novas na década de oitenta.

À medida que novos aglomerados urbanos iam surgindo, graças a diversos fatores principalmente o econômico, um número crescente de pessoas ia se estabelecendo, permitindo uma maior dinâmica na região e conseqüentemente um maior uso de seu território. Na década de 1960 já concentrava uma população de 134.801 habitantes, número acrescido para 581.860 no ano 2000, encontrando atualmente uma população de 605.126 habitantes (IBGE 1960, 2000, 2007) tendo um crescimento de 348,9% no período de 1960 a 2007. A densidade demográfica nesses anos analisado são respectivamente de 23,41hab/km²; e 105,11 hab/km².

Em 1960, doze municípios encontravam um quadro populacional menos de dez mil habitantes; oito com um quadro populacional entre dez mil e vinte mil habitantes e apenas duas cidades com número populacional acima de vinte mil habitantes. No censo demográfico de 2007, encontra um novo perfil populacional, aparecendo nove municípios nesse patamar, onde se destacam Palmeira e Arapiraca. Esta última com um total de 186.446 habitantes, passando a ser absorvida como cidade média dentro da rede urbana nordestina.

No censo demográfico de 2007, vinte municípios têm um quadro populacional inferior a trinta mil habitantes, compreendendo desse modo como cidade local, tendo seu raio de ação e influencia limitado localmente, compreendendo desse modo um próprio obstáculo para a introdução de novos nexos que possam configurar seus territórios, estabelecendo esses nexos nos centros urbanos mais desenvolvidos economicamente e populacionalmente, como é o caso de Arapiraca e com menor intensidade Palmeira dos Índios que comandam todo o Agreste Alagoano. Em decorrência do fator migratório metade dos municípios da região teve nos anos de 2000 e 2007 crescimento negativo. Minador do Negrão e Mar Vermelho, Paulo Jacinto, Quebrangulo e Tanque D'arca, por exemplo, apresentam uma população inferior a que possuíam em 1960.

Evolução da População Municipal do Agreste Alagoano 1960/2007

Cidades	1960	1970	2000	2007	Taxa de Cresc 1960 /2007	Taxa de Cresc. 2000/ 2007
Arapiraca	53.420	95.016	186.446	202.398	278,88 %	8,55
Belém	5.163	5.807	6.024	5.031	-2,55	-16,48
Cacimbinhas	5.511	9.420	9.552	9.843	78,60	3
Campo Grande	4.135	7.455	9.134	9.563	131,26	4,69
Coité do Nóia	5.804	7.074	11.993	10.916	88,077	- 8,98
Craibas	—	—	20.789	22.411	—	7,8
Estrela de Alagoas	—	—	16.341	16.694	—	2,16
Feira Grande	12.680	13.343	21.270	21.180	67,03	- 0,42
Girau do Ponciano	11.124	18.462	29.804	35.162	216,09	17,97
Igaci	18.084	23.434	25.584	25.140	39,01	- 1,73
Lagoa da Canoa	3.452	11.634	19.988	17.889	418,22	- 10,50
Limoeiro de Anadia	15.044	16.740	24.263	25.484	69,39	5,032
Maribondo	12.114	14.039	15.145	13.865	14,45	8,45
Mar vermelho	4.018	4.887	4.078	4.014	0,099	1,56
Minador do Negrão	9.576	7.472	5.399	5.160	-46,11	4,42
Olho d'Água Grande	3.510	4.391	4.847	4.817	37,23	-0,61
Palmeira dos Índios	47.590	62.503	68.060	70.151	47,40	3,07
Paulo Jacinto	8.918	9.391	7.651	7.534	-15,51	-1,52
Quebrangulo	17.523	15.249	11.902	11.289	-35,57	-5,15
São Brás	5.511	6.266	6.551	6.820	23,75	4,10
São Sebastião	10.526	11.759	29.124	31.002	194,52	6,44
Taquarana	8.094	11.864	17.046	18.157	124,32	6,51
Tanque d'Arca	6.304	6.106	6.594	5.695	-9,66	-13,63
Traipu	15.297	15.527	24.255	24.911	62,84	2,70
Total	134.801	158.308	581.860	605.126		
Densidade hab/ km²	23,41 hab/km ²	27,47 hab/km ²	101,07 hab/km ²	105,11 hab/km ²		

FONTE: IBGE

ORGANIZAÇÃO: Sidinei dos Santos Silva, 2009

O Uso do Território no Agreste Alagoano

O uso do território na região Agreste empreendeu principalmente a partir da implantação de infra-estrutura que viabilizaram seu desenvolvimento – como foi o caso das ferrovias e posteriormente através das rodovias e ações do meio técnico-científico-informacional. Aumentando à medida que novas técnicas iam sendo implantadas com maior intensidade, principalmente a partir da metade do século XX, quando o seu uso passa a se dá de forma bastante acentuada mediante as novas organizações imposta em seu território. Contudo, o desenvolvimento de alguns centros que mais se destacaram na região se deu através de ações caracterizada por sua posição geográfica, tornando importante do ponto de vista econômico, ao mesmo tempo capturando a influência e o poder econômico de centros urbanos vizinhos que outrora detinha.

A introdução da linha férrea em Alagoas a partir de 1884, ligando a capital ao norte da Zona da Mata Alagoana, dinamizou para essa região, ao mesmo tempo em que se dava uma maior relação através de fator econômico com o Agreste. Em 1912, a linha férrea chega a Região Agreste a partir de Quebrangulo permitindo o desenvolvimento econômico desta cidade, fato verificado até 1933 com a chegada dessa infra-estrutura a Palmeira dos Índios, permitindo sua ascensão no cenário econômico regional, capturando as funções que antes pertencia a Quebrangulo, ao mesmo tempo estabelecendo aí ponta de trilho, mantendo fortes ligações com os principais centros urbanos da região e até mesmo com os do Agreste pernambucano. Nesse período, Palmeira dos Índios se consolidou como principal centro econômico da região e o segundo do Estado de Alagoas, perdendo a sua influência posteriormente para Arapiraca que a partir da década de 1950, caracterizado pela expansão da cultura fumageira. Portanto, ganhando maior importância com a instalação das primeiras indústrias transnacionais beneficiadoras de fumo, alcançou seu desenvolvimento sócio-econômico e principal centro urbano da região, mantendo influencia não somente no Agreste, mas também em todo o Sertão alagoano, se mantendo até os dias atuais.

Os dois centros urbanos aqui retratados, inicialmente tiveram seu desenvolvimento econômico caracterizado pela implantação da linha férrea que interligava a capital do Estado escoando a sua produção de algodão produzido na região e vindo do Sertão. Posteriormente a chegada de Palmeira dos Índios, a construção da linha férrea que inicialmente projetada para ir ao encontro com o sertão mudaria sua rota inicial, seguindo em direção norte/sul, cruzando toda a região Agreste e interligando com as ferrovias sergipana/bahiana (CORRÊA, 1992 p. 106). Com a chegada da linha férrea em Arapiraca a partir do final da década de quarenta, pouco ou nenhum progresso deve a essa infra-estrutura como afirma Corrêa (1992, p. 106), escoando toda sua produção de fumo para fora do Estado através de rodovias.

Nesse interstício, através do recente desenvolvimento das rodovias e posição geográfica, mais uma vez, Palmeira dos Índios beneficiou por se tornar nó rodoviário interligando a rodovia federal BR-26 que vinha em direção leste/oeste ligando Maceió ao Sertão, como também a rodovia estadual AL-120, que corta toda a região Agreste no sentido norte/sul, mantendo proximidade com as principais cidades de Pernambuco e até mesmo com Recife num ritmo maior que Maceió (CORRÊA, p. 110, 1992).

Os demais centros urbanos, tendo a maioria alcançada a sua autonomia política na década de sessenta, ficaram sob a égide de Palmeira e Arapiraca, não conseguindo se desenvolver economicamente, apenas mantendo sua relação local. Nestes centros urbanos, a economia se dá basicamente através de pequenos comércios, insuficiente para atender

sua demanda, tendo que recorrer a centros maiores mais próximos. A sua agricultura e pecuária, altamente extensiva não consegue impulsionar economicamente, mantendo dependente dos recursos federais que chegam para os estados e municípios.

Nas décadas seguintes, deu-se a intensificação maior no uso do território da região Agreste através de novos nexos que aí se estabeleceram principalmente em Arapiraca através da tríade comércio, saúde e educação, tornando cada vez mais presentes a partir do final do século XX, com a introdução mais acentuada do meio técnico-científico-informacional.

Entretanto, o desenvolvimento econômico alcançado na região a partir da década de 1950 contribuiu para melhor integração do território através da implantação das rodovias interligando as demais cidades da região a todo o território nacional, permitindo um fluxo crescente de bens, capital e pessoas. Nessa perspectiva, à medida que acentuava o desenvolvimento econômico, mais bens e serviços iam sendo implantando, contribuindo para o aumento da divisão do trabalho cada vez mais crescente e especialização do território.

Entretanto, para melhor compreensão da dinâmica na região, caracterizado pela introdução de novos nexos, resultando numa maior dinamismo, foi necessário uma periodização para compreender o seu uso, classificando em três períodos históricos distintos à medida que o meio técnico foi sendo implantado com maior intensidade.

O primeiro período tem início com a implantação dos primeiros aglomerados urbanos a partir de meados do século XVIII até 1950, com a inserção de Arapiraca no cenário sócio econômico. Nesse período o tempo é lento e o território isolado. O comércio pouco desenvolvido. Inicialmente o escoamento de sua produção é feito através de animais utilizando posteriormente a linha férrea que a partir de 1912 começa a trafegar na região, cruzando-a a partir da década de trinta e quarenta, permitindo um maior escoamento de sua produção ao mesmo tempo no final desse período começou a se dar uma melhor integração graças ao desenvolvimento das rodovias que aos poucos interligava a região a todo o território nacional.

O segundo período tem início a partir da década de 1950, estendendo até o final do século XX. Na fase inicial desse período o território era pouco integrado com um número limitado de estradas e rodovias. A inserção de Arapiraca no cenário econômico desse período permitiu um maior dinamismo na região. As novas relações calcadas nas prestações de serviços e comerciais se expandem graças à especialização imposta através de novos nexos, especialmente o nascente ensino superior, especializando um número limitado de sua população, enquanto outros centros locais e poucos desenvolvidos permanecem ainda mais dependentes.

O terceiro período começa no início do século XXI e se estende até os dias atuais, com a especialização do território mais acentuada motivada pela expansão do ensino superior pública e particular, trazendo pessoas letradas para a região, ao mesmo tempo letrando parte de sua população, tornando o território mais especializado e competitivo sobretudo, as áreas de Arapiraca e Palmeira dos Índios que comportam a quase totalidade das instituições de ensino superior, que trouxeram consigo um maior dinamismo e mais ações para toda a região.

Entretanto, cada período histórico caracterizado principalmente pela divisão social e territorial do trabalho representa um importante estágio no desenvolvimento da sociedade que a compõe. Observa-se, dessa forma, que “o desenvolvimento histórico vai de par com o desenvolvimento das técnicas (...). A cada evolução técnica, uma nova etapa se torna

possível”, conforme nos mostra Santos (2008c, p. 24). Ou seja, através dessa perspectiva, cada momento histórico de uma sociedade/lugar é marcado pela técnica que a configura no território, estando intrínseco um sistema de objetos e um sistema de ações, permitindo desse modo seu desenvolvimento que promoverá a introdução e o aperfeiçoamento de novas técnicas. Nesse sentido,

Cada uma nova divisão do trabalho ou a um seu novo momento decisivo, a sociedade conhece um movimento importante, assinalado pela aparição de um novo elenco de funções e, é paralelamente, pela alteração qualitativa e quantitativa das antigas funções. A sociedade se exprime através de processos que, por sua vez, se desdobram através de funções, quando estas se realizam mediante formas. (SANTOS, 1979 p. 39).

No entanto, o uso de um dado território é medido através de nexos e ações que nele foram incididos, quanta mais ação sobreposta, o território tende a se desenvolver e ter uma influência local e regional. Por conseguinte, através do fator econômico, a cidade cresce populacionalmente atraindo para si densidade de pessoas e técnicas. Por sua vez cria mecanismo de especialização e este favorece a cidade nó principal a ter uma influência na rede urbana, tornando cada vez mais dependente os nós de potencial econômico menos desenvolvido o que é bastante evidente em Arapiraca e com menor intensidade Palmeira dos Índios no atual período, através de bens e serviços, atendendo parte da população do Agreste e Sertão. Quer dizer,

Quando uma atividade nova se cria em um lugar, ou quando uma atividade já existente aí se estabelece, o “valor” desse lugar muda e assim o “valor” de todos os lugares também muda, pois o lugar atingido fica em condições de exercer uma função que outros não dispõem e ganha, através desse fato, uma exclusividade que é sinônimo de denominação, ou, modificando a sua própria maneira de exercer uma atividade preexistente, cria, no conjunto das localidades que também a exerce, um desequilíbrio quantitativo e qualitativo que leva a uma nova hierarquia ou, em todo o caso, a uma nova significação para cada um e para todos os lugares.(SANTOS, 1979, p. 45).

Desse modo, o território acolhe as funções, geralmente por desempenhar um fator econômico bastante significativo, cresce qualitativamente e quantitativamente através das novas ações que nele incidiram e continua incidindo, e os demais territórios circunvizinhos, de poder econômico inferior contribui de duas formas para esse crescimento: tanto por não dispor de poder de atração de ações para seu próprio território tornando sempre dependente, como também contribui com uma parcela significativa de pessoas que vão em busca de especialização, produtos e serviços nessas cidades economicamente mais desenvolvidas, ao mesmo tempo trazendo para a cidade de porte econômico maior um número crescente de pessoas e empresas prestadoras de serviços para atender a crescente demanda.

Através desses nexos econômico e material a especialização torna-se necessária, um número cada vez maior de pessoas e de serviços se instala contribuindo para seu maior uso, permitindo a evolução social e econômica do território.

O Ensino Superior e a Especialização do Agreste Alagoano

O desenvolvimento socioeconômico alcançado na região a partir da década de 1950 possibilitou a implantação de novos nexos, motivados principalmente pelo desenvolvimento das rodovias, integrando toda região ao mesmo tempo permitindo uma

maior fluidez de pessoas e material e conseqüentemente, instalando uma crescente divisão do trabalho que aos poucos fora incorporando em toda a região.

A partir do desenvolvimento econômico que Arapiraca vinha conhecendo, o uso do território tornou-se mais sistemático graças à implantação de bens e serviços necessitando de um número cada vez mais crescente de pessoas especializadas estando aptas a exercê-las. O elevado crescimento populacional em consonância com o desenvolvimento econômico mostrou-se determinante à necessidade de especialização da mão-de-obra e, dessa forma, também do seu território. Com efeito, é importante não esquecer que o desenvolvimento econômico refere-se ao meio técnico que proporciona a fluidez do território.

Através desses fatores, na década de 1960, juntamente com centros urbanos economicamente desenvolvidos e pouco especializados (Arapiraca e Palmeira dos Índios) e vários pequenos centros locais que também ensejam de qualificação profissional para atender a necessidade básica de sua população. Desse período em diante, cresce o número de estabelecimentos escolares por parte dos governos estadual e municipal. Essa modalidade de ensino, entretanto, constituiria o alicerce à implantação das primeiras instituições de ensino superior na região, promovendo a implantação do ensino superior na região a partir do início da década seguinte em Arapiraca.

O contexto histórico esboçado a partir do final dos anos 60, por sua vez, deixou patente a necessidade de qualificação profissional de sua população. Contudo, ainda assim, a implantação do ensino superior na região se daria tardiamente em relação ao próprio Estado de Alagoas. A primeira instituição só seria instalada em 1970, com a Fundação Educacional do Agreste alagoano – FUNEC, instituição pública com características privada por cobrar anuidade do alunado, com três cursos de licenciatura: Letras, Estudos Sociais e Ciências. Desse modo, a primeira instituição de ensino superior implantada inicialmente em Arapiraca nasce de maneira tímida, mas de significado inquestionável, pois é através dela e seus cursos que principia a qualificação profissional de cunho superior não apenas no município ou na região, mas em todo o interior alagoano⁵.

Através da Lei Nº. 5.119 de janeiro de 1990, a FUNEC é estadualizada e passa a denominar-se Fundação de Ensino Superior de Alagoas – FUNESA. Dois anos depois, através da Lei de nº. 5.384, é criada a Escola Superior de Administração e Negócios – ESAG⁶, com o Curso de Administração de Empresas, e em 1993 é implantado o curso de Ciências Contábeis. Em 2001 é criada a Escola Superior de Ciências Humanas e Econômicas – ESPI, também da FUNESA com sete cursos de licenciatura.

De forma ampla pode-se aqui afirmar que a expansão do ensino superior na região está dividida em dois momentos distintos: antes e depois da Lei de Diretrizes e Bases – LDB, que, “aparece como um marco legal básico que sintetiza uma determinada política educacional e desencadeia um processo de reformulação profunda no sistema de educação superior brasileiro” (INEP, p.14).

Do início da década de setenta, quando foi implantada a primeira IES, até os primeiros anos do século XXI, a situação permaneceu quase inalterada no que diz respeito à criação de novas instituições, concentradas em Arapiraca. A partir do início do século

⁵ Situação que permanece inalterada até meados da década de oitenta. Em 1985, através da portaria ministerial 145, autoriza o funcionamento dos cursos de Licenciaturas Pleno em Letras (Português/Inglês e Português/Francês); Estudos Sociais; Ciências com habilitação em Biologia, Física, Matemática e Química.

⁶ Através da Lei nº. 6.086 passa a denominar-se Faculdade de Administração, Ciências Contábeis, Jurídicas e Sociais do Estado de Alagoas – FAJEAL.

XXI há uma significativa expansão de instituições e cursos, quase que exclusivamente de natureza privada. A propósito, aponta a pesquisa do INEP sobre a educação superior em Alagoas:

(...) o credenciamento de novas instituições, com a autorização de vários cursos para cada uma delas, motivou as instituições já estabelecidas a abrirem mais cursos como forma de disputar o mercado existente. Isso determinou que o índice de credenciamento dos cursos fosse significativamente superior ao das instituições e matrículas (INEP, 2004, p.14).

Nessa perspectiva, observa-se um grande crescimento do ensino superior principalmente em Arapiraca, onde algumas instituições de natureza particular procedentes do Sudeste, associada com alguma empresa já existente⁷ (escola de ensino fundamental e médio de natureza particular) ou simplesmente empresas criada já com essa finalidade dentro e fora dos limites do território alagoano, atua com o objetivo de expandir-se levando seus cursos para todo o território brasileiro. Acrescente-se, ademais, a expansão de instituições já estabelecidas no Estado. Esse é o caso do Centro de Estudos Superiores de Maceió - CESMAC, que em 2000, pioneiramente instalou-se na região com quatro cursos de natureza particular. Nesse mesmo ano são implantados os primeiros pólos de ensino a distância na região, ofertando oito cursos. Em 2003 são implantadas duas instituições: CESAMA (Centro de Ensino Superior Arcajo Mikael de Arapiraca) e FACESTA (Faculdade São Tomás de Aquino) de natureza particular ofertando os três cursos presenciais. Entretanto, a maior expansão do ensino se verifica a partir do ano de 2005 sendo implantado uma instituição e oito pólos a distância de cunho particular, ofertando juntos 33 cursos de graduação.

2006 seria o ano mais emblemático na história da educação superior nesse novo milênio. Primeiro, por assinalar a extensão da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, com a implantação de treze cursos de graduação, abrindo desse modo uma maior oferta de cursos de natureza pública. Segundo, pela instituição da primeira universidade pública estadual no interior do Estado, com a transformação da FUNESA em Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL) extinguindo dessa forma a Faculdade de Formação de professor Arapiraca – FFPA, a Escola Superior de Palmeira dos Índios – ESPI e a Escola Superior de Administração e Negócios – ESAG. Esses dois eventos vieram transformar significativamente a história do ensino superior na região, trazendo novos recursos e organizações pelos órgãos públicos (estadual e federal), assim como pessoas habilitadas para exercer funções administrativas e docentes qualificando melhor o território.

Nos anos de 2007 e 2008, novas IES foram implantados na região, sendo uma instituição com sede própria e doze pólos de ensino a distância, totalizando nesses dois anos 68 cursos de graduação e pós-graduação lato sensu.

Atualmente funcionam cinco instituições com sede na própria região, sendo uma universidade pública e quatro faculdades de natureza particular, além de dois campus da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, um do Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas – CEFET/AL, um da UNEAL e 25 pólos de ensino a distância, ofertando juntos aproximadamente duzentos cursos de graduação, bem como pós-graduação lato sensu, atendendo aproximadamente 12.000 alunos da região Agreste e Sertão que vêm à procura de especialização. Das instituições e cursos implantados na região quase a totalidade encontra localizado em Arapiraca e Palmeira dos Índios, revelando a desigualdade existente no território.

Nota Final

No atual período histórico, caracterizado pelo processo de globalização, o território usado, apropriado pelas empresas e pela sociedade assume uma grande importância para conhecimento da sociedade brasileira, pois constitui o centro da materialização das suas ações. Concomitantemente, revela os malefícios do processo em vigência, as novas relações impostas através de novos nexos existentes, alterando a sua estrutura em conformidade com a lógica global. Portanto, adequando a sua exigência.

As metamorfoses conhecidas pelo Agreste Alagoano nessa perspectiva, sobretudo a partir da década de 1950, permitiram uma maior organização e integração de seu território, advindas com a implantação de infra-estrutura (rodovias, hospital, banco, escolas, indústria, etc.) ao mesmo tempo em que novas relações iam sendo absorvidas e resultavam numa nova divisão territorial do trabalho.

Através desse novo quadro sócio-econômico a região, sentiu a necessidade de qualificar a sua população para atender a crescente demanda de pessoas especializada apta a exercer uma profissão. O crescente número de estabelecimentos de ensino de nível superior especialmente no limiar desse novo milênio é prova dessa realidade.

Referências

- BRASIL. Ministério da Educação. **Educação Superior em Alagoas**. Brasília: INEP, 2006
- CORREIA. Roberto Lobato. A Vida Urbana em Alagoas: a importância dos meios de transportes na sua evolução. In: **Terra Livre**. n. 10. janeiro-junho. São Paulo: AGB, 1992. p. 93-116.
- MELO. Mário Lacerda. **Os Agrestes** – estudos dos espaços nordestinos do sistema gado-policultura de uso de recursos. Recife: SUDENE. 1980.
- SANTOS. Milton. **A Natureza do Espaço**: técnica tempo - razão e emoção. 4 ed. São Paulo: EDUSP, 2008a.
- _____. **A Urbanização Brasileira**. 5 ed. São Paulo: EDUSP, 2008b.
- _____. **Por uma Outra Globalização**. 15 ed. Rio de Janeiro: Record, 2008c.
- _____. O Retorno do Território. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. et al. **Território**: globalização e fragmentação. 3 ed. São Paulo: HUCITEC-ANPUR, 1996. p.15-20.
- _____. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.
- _____; SILVEIRA. Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 6 ed. São Paulo: Record, 2006.
- _____; **O Ensino Superior Público e Particular e o Território Brasileiro**. São Paulo: ABMES, 2000.
- SOUZA, Maria Adélia de. **Território Brasileiro**: usos e abusos. Campinas: Territorial, 2003.

Instituições de Ensino Superior Atuantes no Agreste Alagoano

INSTITUIÇÃO	CIDADE	CAMPUS E PÓLOS	NATUREZA	MODALIDADE
Centro de Ensino Superior Arcanjo Mikael de Arapiraca - CESAMA	Arapiraca	Arapiraca	Particular	Presencial
Faculdade São Tomás de Aquino - FACESTA	Palmeira dos Índios	Palmeira dos Índios	Particular	Presencial
Faculdade de Ensino Regional Alternativo - FERA	Arapiraca	Arapiraca	Particular	Presencial
Instituto de Ensino Superior Santa Cecília - IESC	Arapiraca	Arapiraca	Particular	Presencial
Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL	Arapiraca	Campus Arapiraca	Pública Estadual	Presencial
Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL	Palmeira dos Índios	Campus Palmeira dos Índios	Pública Estadual	Presencial
Universidade Federal de Alagoas - UFAL	Arapiraca	Campus Arapiraca	Pública Federal	Presencial
Universidade Federal de Alagoas - UFAL	Palmeira dos Índios	Campus Palmeira dos Índios	Pública Federal	Presencial
Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas – CEFET - AL	Palmeira dos Índios	Campus Palmeira dos Índios	Pública Federal	Presencial
Centro de Estudo Superior de Maceió - CESMAC	Arapiraca	Pólo Arapiraca	Particular	Presencial
Centro de Estudo Superior de Maceió - CESMAC	Palmeira dos Índios	Pólo Palmeira dos Índios	Particular	Presencial
Faculdade Interativa - COC	Arapiraca	Pólo Arapiraca	Particular	À distância
GRUPO EADCOM	Arapiraca	Pólo Arapiraca	Particular	À distância
GRUPO EADCOM	Palmeira dos Índios	Pólo Palmeira dos Índios	Particular	À distância
GRUPO EADCOM	Giral do Ponciano	Pólo Girau do Ponciano	Particular	À distância
Faculdade Internacional de Curitiba - FACINTER	Arapiraca	Pólo Arapiraca	Particular	À distância
Faculdade Internacional de Curitiba - FACINTER	Palmeira dos Índios	Pólo Palmeira dos Índios	Particular	À distância
Fatec Internacional	Arapiraca	Pólo Arapiraca	Particular	À distância
Fatec Internacional	Palmeira dos Índios	Pólo Palmeira dos Índios	Particular	À distância
Faculdade de Tecnologia e Ciência - FTC	Arapiraca	Pólo Arapiraca	Particular	À distância
Faculdade Atlântico - F.A.	Arapiraca	Pólo Arapiraca	Particular	À distância
Faculdade de Comunicação, Tecnologia e Turismo de Olinda - FACATTUR	Arapiraca	Pólo Arapiraca	Particular	Presencial
Faculdade São Tomás de Aquino - FACESTA	Arapiraca	Pólo Arapiraca	Particular	À distância
Instituto Brasileiro de Pós Graduação e extensão - IBPEX	Arapiraca	Pólo Arapiraca	Particular	Presencial

Instituto Brasileiro de Pós Graduação e extensão - IBPEX	Palmeira dos Índios	Pólo Palmeira dos Índios	Particular	Presencial
Universidade Luterana do Brasil - ULBRA	Arapiraca	Pólo Arapiraca	Particular	À distância
Universidade Luterana do Brasil - ULBRA	Palmeira dos Índios	Pólo Palmeira dos Índios	Particular	À distância
Universidade Luterana do Brasil - ULBRA	Cacimbinhas	Pólo Cacimbinhas	Particular	À distância
Universidade Luterana do Brasil - ULBRA	Lagoa da Canoa	Pólo Lagoa da Canoa	Particular	À distância
Universidade Paulista - UNIP	Arapiraca	Pólo Arapiraca	Particular	À distância
Universidade Paulista - UNIP	Palmeira dos Índios	Pólo Palmeira dos Índios	Particular	À distância
Universidade Norte do Paraná - UNOPAR	Arapiraca	Pólo Arapiraca	Particular	À distância
Universidade Norte do Paraná - UNOPAR	Palmeira dos Índios	Pólo Palmeira dos Índios	Particular	À distância
Instituto de Ensino Professor Carlos Gomes - IELF	Arapiraca	Pólo Arapiraca	Particular	À distância

FONTE: Pesquisa de Campo

ORGANIZAÇÃO: Sidinei dos Santos Silva, 2009